

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 12 de agosto de 1988

Com Brasil

Por uma política econômica austera e persistente

Temos a certeza de que, diante das pressões políticas com que se defronta o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ele conta com o decidido suporte da parcela mais representativa do empresariado nacional. Ao assumir interinamente a pasta da Fazenda no final do ano passado, em meio a uma crise ministerial muito semelhante à que recentemente o envolveu, Mailson da Nóbrega aparentava ser uma figura de transição, com uma marca nitidamente burocrática. Efetivado no cargo a partir de 5 de janeiro deste ano, hoje ele transmite uma imagem inteiramente diversa, ganhando a confiança dos homens de empresa, embora tenha sempre servido profissionalmente ao setor público.

O ministro Mailson e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, destacam-se, entre os membros da alta cúpula do governo, como aqueles que desejam fazer o que o setor privado deseja que seja feito, como base para um acordo social amplo entre o governo, os empresários e os trabalhadores. Como temos assinalado,

este seria o ponto de partida para o equacionamento da grave questão econômico-social representada por uma inflação no patamar de 20% ao mês.

Convém lembrar, de início, que o atual ministro da Fazenda deixou claro, logo depois de ter tomado posse, que considerava o encaminhamento de uma solução para a dívida externa o objetivo prioritário, com vistas à reinserção do Brasil na comunidade financeira internacional, condição essencial para a retomada dos investimentos.

Dentro desse enfoque, o ministro retomou com denodo as negociações com os credores privados e as instituições internacionais, preferindo trilhar uma via que pode ser considerada tradicional mas que, inegavelmente, produziu resultados efetivos dentro de um espaço de tempo bastante curto. Depois de ter chegado a um acordo aceitável com os bancos internacionais privados, prestes a ser concluído com a adesão dos pequenos bancos, o País acertou as bases para um crédito "stand-by" de US\$ 1,5 bilhão por parte do Fundo Monetário Inter-

nacional (FMI) e, mais recentemente, chegou a um entendimento com os governos representados no Clube de Paris para o reescalonamento de juros no valor de US\$ 4,992 bilhões.

Várias razões influíram para que se chegasse a isso, mas, basicamente, pode-se afirmar que os acordos externos foram alimentados pela expectativa de que a nova equipe econômica do governo Sarney pudesse colocar em ordem a economia interna. A tarefa tem sido extremamente difícil, mas não se pode deixar de reconhecer os esforços que vêm sendo desenvolvidos para conter o déficit público, através inclusive de medidas impopulares, como o congelamento em abril e maio da Unidade de Referência de Preços (URP) para os funcionários da administração direta e indireta da União. E, com efeito, a meta de reduzir o déficit público a 4% do PIB neste ano ganhou mais credibilidade com a divulgação de que ele não passou de 1,06% no primeiro semestre deste ano, no conceito operacional (excluídas as correções monetária e fiscal).

Não obstante, o ajuste através da política do "arroz com feijão" passou a ser frontalmente contestado com o salto da taxa de inflação para 24,04% em julho, depois de ter-se mantido relativamente estabilizada na média mensal aritmética de 17,84% no primeiro semestre deste ano. (Já em agosto, segundo a apuração da Fundação IBGE, prevê-se uma taxa menos atemorizante, devendo variar entre 20 e 21%).

Medidas corretivas têm de ser tomadas, mas não nos parece que a aplicação de choques resolveria o problema. É necessário ter paciência e persistir no trabalho de contenção dos gastos do setor público, através da desestatização e da Operação Desmonte, que focalizamos em nosso editorial anterior. Nesse sentido, a estruturação do Orçamento Geral da União para o exercício de 1989 poderá ser um novo divisor de águas. Repetimos: se o governo fizer a sua parte, sem tergiversação, temos a certeza de que a sociedade, com a consciência de que todos são prejudicados pela inflação, não lhe negará apoio.